

DA LÓGICA DE CUSTOS AO VALOR TERRITORIAL: DESAFIOS DA AGENDA 2030 NA RMVPLN COM ÊNFASE EM TAUBATÉ ODS (4, 8, 9, 11, 12 e 17)

Enilson Peixoto Lins Júnior¹ (Universidade de Taubaté)
Moacir José dos Santos² (Universidade de Taubaté)
Ademir Fernando Morelli³ (Universidade de Taubaté)

Resumo

Este artigo discute a transição da lógica tradicional de atração de investimentos, baseada em custos, para um novo paradigma orientado pelo valor territorial, analisando seus impactos para o desenvolvimento sustentável. A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é tomada como referência, com ênfase no município de Taubaté, que historicamente estruturou sua competitividade em incentivos fiscais e benefícios de curto prazo, mas que atualmente enfrenta os efeitos da desindustrialização e da perda de grandes empresas. Adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada em revisão bibliográfica e análise documental, considerando o período de 2020 a 2025. Os resultados apontam que, embora a RMVPLN disponha de localização estratégica, base industrial diversificada, capital humano qualificado e patrimônio ambiental de relevância, esses ativos não têm sido plenamente mobilizados devido à fragmentação da governança e à persistência de práticas associadas à guerra fiscal. O caso de Taubaté mostra como a dependência da lógica de custos fragiliza a economia local, mas também revela caminhos de transformação a partir da valorização de recursos endógenos, como o fortalecimento das universidades, a criação de polos de inovação tecnológica, a economia criativa e políticas urbanas mais inclusivas. A análise evidencia que a adoção da lógica de valor territorial oferece maior resiliência e competitividade, alinhando o território às metas da Agenda 2030 e às tendências internacionais que reforçam a importância da qualidade dos investimentos, considerando impactos sociais, ambientais e de inovação. Conclui-se que a transição da lógica de custos para a lógica de valor territorial constitui não apenas uma oportunidade, mas uma condição

¹ Mestrando em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté – UNITAU.

² Professor Doutor Moacir José dos Santos, orientador, docente permanente do Programa de Pós-graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional (PPG-PDR) da Universidade de Taubaté – UNITAU. Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com pós-doutorado pela Universidade do Minho (UMINHO). Atua nas áreas de desenvolvimento regional, cultura popular e políticas públicas.

³ Professor Doutor Ademir Fernando Morelli, docente do Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Taubaté – UNITAU. Doutor em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e graduação em Ecologia pela UNESP. Atua nas áreas de Ecologia Aplicada, Planejamento Urbano e Regional, Sensoriamento Remoto, Restauração Ecológica e Gestão Ambiental. Consultor técnico em projetos de MDL Florestais, REDD e Pagamento por Serviços Ambientais.

necessária para que Taubaté avance no cumprimento da Agenda 2030, reposicionando-se como território inovador, inclusivo e sustentável.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Valor territorial; ODS; Atração de investimentos; RMVPLN; Taubaté.

Introdução

Abordar o tema do desenvolvimento regional implica em superar a mera perspectiva do crescimento econômico como fator isolado e suficiente para desencadear alterações aptas a incrementar a qualidade de vida. Historicamente, especialmente em cidades que viveram um ciclo intenso de industrialização, a equivalência entre crescimento econômico e desenvolvimento predominava. No entanto, essa equação não se sustenta, conforme apontam Vieira e Santos (2012). Crescer sem considerar os impactos sociais e ambientais gera vulnerabilidades profundas. É nesse ponto que o debate sobre sustentabilidade e valor territorial ganha força.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é um exemplo dessa tensão. Com 39 municípios, a região abriga desde polos industriais e tecnológicos sofisticados até áreas de forte desigualdade social. Em cidades como Taubaté, essa contradição se faz ainda mais evidente: de um lado, um passado marcado pela presença de montadoras e indústrias de eletroeletrônicos; de outro, os efeitos recentes da desindustrialização, que deixaram a economia local mais frágil e dependente de incentivos fiscais de curto prazo (Vieira e Santos, 2023).

O problema é que essa lógica baseada em custos – reduzir impostos, flexibilizar normas, oferecer terrenos – não garante mais a permanência das empresas. Muitas delas seguem adiante quando encontram condições ainda mais favoráveis aos seus objetivos em outros territórios (Harvey, 2006). A história recente da saída de grandes indústrias em Taubaté ilustra bem essa vulnerabilidade.

Enquanto isso, os investidores globais passaram a adotar a lógica do valor territorial. Oferecer vantagens fiscais é insuficiente; é preciso mostrar qualidade de vida, mão de obra qualificada, estabilidade institucional e compromisso com a sustentabilidade. Em outras palavras, os territórios que prosperam hoje são aqueles que conseguem articular seus recursos naturais, humanos e culturais em torno de uma visão de futuro (Bosier, 2001; Komninos, 2015).

Essa mudança de perspectiva dialoga diretamente com a Agenda 2030 da ONU, que apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Eles funcionam como um mapa, uma linguagem comum que conecta empresas, governos e sociedade em torno de metas globais.

Como os municípios da RMVPLN e, em especial Taubaté, podem superar a dependência de políticas baseadas em custo e transformar seus desafios em alavancas alinhadas à Agenda 2030 para promover um desenvolvimento regional sustentável?

Este artigo parte justamente dessa questão central de modo a reforçar a necessidade da transição da lógica de custos para a lógica de valor territorial para contribuir com o reposicionamento de Taubaté e a RMVPLN como referências em desenvolvimento sustentável. Para respondê-la, discutimos conceitos-chave do desenvolvimento sustentável, revisamos o papel dos ODS, avaliamos os dilemas da RMVPLN e refletimos sobre as lições que Taubaté pode deixar nesse processo.

Mais do que um debate teórico, trata-se de pensar em caminhos concretos para que o município e a região deixem de apenas reagir às crises industriais e passem a construir uma agenda de futuro. Afinal, se a lógica de custos já não sustenta estabilidade, emerge a necessidade de reconfigurar o debate em torno do valor territorial como eixo central do desenvolvimento regional sustentável.

Revisão da literatura

Discutir desenvolvimento sustentável implica, inevitavelmente, revisitar as diferentes formas como a própria ideia de desenvolvimento foi concebida ao longo do tempo. Durante décadas, o desenvolvimento foi concebido quase exclusivamente como crescimento econômico, tendo o PIB como principal métrica de progresso. No entanto, como adverte Furtado (1974), o desenvolvimento, reduzido à mera elevação do produto per capita, é um mito que obscurece as reais possibilidades de transformação social. Essa crítica revela a limitação de uma visão quantitativa e economicista do progresso, abrindo espaço para abordagens mais abrangentes, como a do desenvolvimento sustentável.

Nesse ponto, autores como Sachs (2008) trazem uma contribuição fundamental ao sugerir que desenvolvimento deve ser entendido como apropriação de direitos

humanos. Ou seja, um território só pode ser considerado desenvolvido quando assegura às pessoas o acesso a condições dignas de vida, educação, saúde, cultura e meio ambiente equilibrado. Essa perspectiva amplia o debate: deixa de olhar apenas para a economia e incorpora o social, o ambiental e o cultural como dimensões inseparáveis.

O conceito de desenvolvimento sustentável ganhou projeção mundial a partir do Relatório Brundtland⁴, em 1987. Ali se estabeleceu a definição clássica de atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras. Embora poderosa, essa formulação também trouxe ambiguidades. Como aponta Ruggerio (2021), o termo foi apropriado de formas diversas, muitas vezes usado como justificativa para manter modelos de crescimento que pouco dialogam com a preservação ambiental. Por isso, o autor sugere diferenciar “desenvolvimento sustentável” de “sustentabilidade”. Enquanto o primeiro estaria ligado a políticas públicas e programas de governo, a segunda deveria ser entendida como a emergência de sistemas complexos resilientes, capazes de manter equilíbrio entre sociedade e natureza.

Essa visão sistêmica conecta-se diretamente aos debates da Agenda 2030 da ONU. Ao propor os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o documento não apenas definiu metas globais, mas também criou uma linguagem comum para que governos, empresas e sociedade civil possam dialogar (ONU, 2015). Mais do que números, os ODS funcionam como pontos de encontro: são parâmetros de reputação internacional e cada vez mais servem de critério para que empresas decidam onde investir.

Nesse sentido, pesquisas como a de Fonseca, Domingues e Dima (2020) são reveladoras. Os autores mostram que há sinergias claras entre alguns objetivos, por exemplo, investir em educação (ODS 4) fortalece a inovação (ODS 9) e amplia as condições de trabalho decente (ODS 8). Mas também existem “trade-offs⁵”. Um dos

⁴ O Relatório Brundtland, oficialmente intitulado *Our Common Future*, foi publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida por Gro Harlem Brundtland. (WCED, 1987).

⁵ O termo *trade-off* é amplamente utilizado na literatura de economia e políticas públicas para indicar dilemas ou compensações, isto é, situações em que o avanço em determinada dimensão implica perdas ou restrições em outra.

exemplos mais citados é o (ODS 12) quanto ao consumo e produção responsáveis, que pode entrar em choque com o (ODS 8), exigindo escolhas difíceis de política pública. Para a RMVPLN e Taubaté, isso significa que não basta apenas adotar os ODS como discurso; é preciso entender essas tensões e planejar de forma integrada.

Nesse debate, vale destacar as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Relatórios recentes da instituição alertam para os limites da competição baseada em incentivos fiscais e recomendam que os territórios fortaleçam seus ativos endógenos, como capital humano, inovação, governança e sustentabilidade ambiental, na atração de investimentos. Essa mudança de ênfase, que busca qualificar e não apenas quantificar os fluxos de investimento, conecta-se diretamente ao paradigma do valor territorial e reforça a necessidade de alinhamento às metas da Agenda 2030.

É nesse ponto que surge a importância do valor territorial. Diferente da lógica de custos, que foca apenas em vantagens fiscais de curto prazo, o valor territorial considera os ativos endógenos de um território: o capital humano, as instituições, a infraestrutura, a cultura, os recursos naturais e a capacidade de inovação. Boisier (2001) enfatiza que o desenvolvimento só se sustenta quando os territórios conseguem mobilizar esses ativos de forma coordenada. Komninos (2015) reforça essa ideia ao destacar que cidades inteligentes não são apenas tecnológicas, mas sim aquelas capazes de transformar conhecimento e redes de cooperação em vantagens competitivas.

No Brasil, porém, ainda é comum que políticas públicas regionais se mantenham presas à chamada “guerra fiscal”. Municípios competem oferecendo isenções de impostos ou benefícios trabalhistas, muitas vezes fragilizando suas próprias finanças sem criar laços duradouros com as empresas. Como alerta Abrucio (2022), esse tipo de prática pode gerar ganhos imediatos, mas tende a comprometer o desenvolvimento de longo prazo, justamente porque ignora a construção de valor territorial.

No caso de Taubaté e da RMVPLN, tais conceitos permitem compreender por que a região, mesmo dispondo de ativos estratégicos, como a localização privilegiada, a presença de universidades, a base industrial consolidada e o patrimônio ambiental, como evidenciado nos estudos da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados

(SEADE, 2022) bem como pela Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA, 2016), onde se destaca a importância da posição geográfica e da estrutura industrial e ambiental da região, ainda enfrenta dificuldades em transformar esse potencial em desenvolvimento.

Em vez de construir políticas baseadas em valor territorial, muitos municípios ainda recorrem prioritariamente a incentivos fiscais, estratégia que, segundo o IPEA (2019) e a OCDE (2019), reforça a vulnerabilidade diante das transformações nas cadeias produtivas internacionais. O contraste pode ser observado em São José dos Campos, que, embora também tenha recebido investimentos exógenos e seguido no passado uma lógica de redução de custos, ao longo do tempo conseguiu migrar para outra racionalidade, fundamentada em inovação e articulação institucional. Estudos como os de Suzigan e Furtado (2006) e da ANPROTEC (2016) evidenciam que a consolidação do Parque Tecnológico e a governança local transformaram a cidade em um exemplo de política de desenvolvimento baseada em valor territorial.

Assim, a literatura revisitada nesta seção aponta um caminho claro: se o objetivo é alinhar territórios como Taubaté à Agenda 2030, é indispensável superar a lógica de custos e adotar o valor territorial como eixo estruturante da gestão pública.

Método

A pesquisa aqui apresentada foi concebida como um estudo qualitativo e exploratório, justamente porque o objetivo não é medir estatisticamente um fenômeno, mas compreender os sentidos e dilemas que cercam a relação entre sustentabilidade, valor territorial e atração de investimentos. Essa abordagem permite abrir espaço para interpretações críticas e para a articulação entre diferentes dimensões como a econômica, social, ambiental e cultural, que compõem a complexidade do desenvolvimento regional.

O recorte territorial escolhido foi a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), com destaque para o município de Taubaté. A escolha não é aleatória. Trata-se de um território estratégico para o estado de São Paulo e para o Brasil, tanto por sua localização geográfica, entre os dois maiores mercados consumidores do país, São Paulo e Rio de Janeiro, quanto por sua trajetória histórica

de industrialização, desindustrialização e tentativas recentes de reindustrialização. Nesse sentido, analisar Taubaté é analisar um caso emblemático de cidade média que vive as contradições entre a lógica de custos e a lógica de valor territorial.

Os procedimentos metodológicos envolveram:

- Revisão bibliográfica: foram examinados autores clássicos e contemporâneos que discutem desenvolvimento sustentável (Sachs, 2008; Ruggerio, 2021), valor territorial (Boisier, 2001; Komninos, 2015), políticas públicas e inovação (Abrucio, 2022). Também foram analisadas pesquisas que exploram as relações e tensões entre os ODS (Fonseca; Domingues; Dima, 2020).
- Análise documental: considerou-se a Agenda 2030 da ONU (2015), relatórios nacionais sobre os avanços e desafios do Brasil em relação aos ODS, além de documentos regionais e municipais disponíveis sobre políticas de desenvolvimento econômico e sustentável.
- Recorte temporal: privilegiou-se o período de 2020 a 2025, que coincide tanto com os esforços recentes de reindustrialização em Taubaté quanto com o contexto de implementação da Agenda 2030 em nível local e nacional.

Do ponto de vista analítico, a pesquisa seguiu uma lógica comparativa. De um lado, buscou-se compreender os limites e consequências da lógica de custos, ainda predominante em muitas políticas públicas locais. De outro, analisou-se a lógica de valor territorial, cada vez mais incorporada pelas empresas e reconhecida como fator decisivo na atração de investimentos sustentáveis. Essa comparação possibilita evidenciar não apenas as oportunidades perdidas pela manutenção do paradigma antigo, mas também as potencialidades transformadoras de uma gestão pública alinhada aos ODS.

Em resumo, o método adotado combina base teórica sólida, análise documental e reflexão crítica sobre o contexto regional. Não se trata de um estudo prescritivo, mas de uma análise que pretende lançar luz sobre os caminhos possíveis para que Taubaté e a RMVPLN possam alinhar-se ao novo paradigma de

desenvolvimento, abandonando a dependência da lógica de custos e avançando rumo ao valor territorial.

Resultados e discussão

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) reúne condições singulares. Sua posição estratégica, entre São Paulo e Rio de Janeiro, garante acesso a dois dos maiores mercados consumidores da América Latina. Além disso, a região abriga o setor aeroespacial em São José dos Campos, importantes montadoras e universidades de referência, como a Universidade de Taubaté (UNITAU), o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). No entanto, quando se olha para além desse cenário promissor, percebe-se um conjunto de desafios que impedem que esses ativos se transformem em verdadeiro valor territorial.

Um dos principais entraves está na fragmentação da governança regional. Cada município compete isoladamente por investimentos, muitas vezes por meio da concessão de incentivos fiscais, em uma espécie de “corrida para o fundo do poço”. Essa prática não apenas fragiliza a arrecadação municipal, como também enfraquece a capacidade de planejamento integrado, essencial para o enfrentamento de desafios comuns como mobilidade, habitação e preservação ambiental.

Outro dilema está nas desigualdades socioeconômicas. Enquanto algumas cidades da RMVPLN apresentam alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), outras convivem com bolsões de pobreza, falta de infraestrutura básica e carência de serviços públicos de qualidade. Isso gera uma contradição: a mesma região que abriga alta tecnologia aeroespacial também registra territórios periféricos com problemas estruturais de saneamento e moradia.

No campo ambiental, a RMVPLN também enfrenta pressões severas. A Serra do Mar e a Serra da Mantiqueira, fundamentais para a preservação da biodiversidade e do abastecimento hídrico, sofrem com o avanço da urbanização e da especulação imobiliária. O litoral, por sua vez, convive com o impacto do turismo predatório e da exploração de petróleo. Esses elementos reforçam a necessidade de que a região

adote políticas mais integradas de planejamento sustentável, alinhadas aos ODS 11 e 13.

Em síntese, a RMVPLN possui recursos e potencial para liderar um projeto de desenvolvimento sustentável, mas a insistência na lógica de custos e a ausência de cooperação regional impedem que esses ativos se convertam em vantagens competitivas de longo prazo.

O município de Taubaté exemplifica de forma clara a tensão entre os dois paradigmas. Historicamente, consolidou-se como polo industrial relevante, recebendo grandes empresas atraídas não apenas por sua localização estratégica no eixo Rio–São Paulo, mas também por pacotes de incentivos fiscais, prática recorrente na região e já destacada pela EMPLASA (2016), pela SEADE (2022) e por Diniz (2007). Como observa Negri e Araújo (2006), a adoção de políticas de isenção e benefícios fiscais foi um dos instrumentos centrais da política industrial brasileira, o que explica em parte a consolidação de cidades médias industriais como Taubaté. No entanto, a recente saída de indústrias como a Ford e a LG mostrou que esse modelo é insustentável. Incentivos fiscais podem atrair empresas no curto prazo, mas não garantem permanência quando a lógica global muda.

Esse episódio abriu um espaço de reflexão: até que ponto vale a pena investir recursos públicos em benefícios que não se traduzem em compromissos duradouros? Ao insistir na lógica de custos, Taubaté perdeu oportunidades de alinhar sua estratégia ao novo paradigma do valor territorial.

Mas o cenário não é apenas de perdas. A cidade possui características que a colocam em posição favorável para reinventar-se:

- Capital humano: a UNITAU e outras instituições de ensino superior são potenciais núcleos de inovação.
- Localização estratégica: próxima a São Paulo, Rio de Janeiro e Campinas, além de ter acesso facilitado a portos e aeroportos.
- Patrimônio cultural: a cidade tem uma identidade cultural forte, que pode ser alavancada pela economia criativa.
- Base industrial existente: mesmo com perdas recentes, ainda há presença de setores diversificados, que podem migrar para modelos mais sustentáveis.

Esses elementos, se articulados de forma integrada, podem posicionar Taubaté como um polo de valor territorial sustentável, capaz de atrair empresas comprometidas com práticas de ESG⁶ e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015; Porter; Kramer, 2011; OCDE, 2020; Fonseca; Domingues; Dima, 2020).

Para compreender os dilemas de Taubaté e da RMVPLN, é útil explicitar as diferenças entre os dois paradigmas.

Na lógica de custos, o foco está em reduzir despesas para as empresas: isenções fiscais, terrenos baratos, desregulação ambiental. Essa estratégia pode gerar ganhos imediatos, como novos postos de trabalho e incremento de arrecadação, mas tende a criar dependência. Quando outro território oferece vantagens mais agressivas, a empresa parte, abandonando desemprego, áreas degradadas e instabilidade econômica.

Já a lógica de valor territorial se sustenta em ativos intangíveis: capital humano qualificado, inovação, governança participativa, qualidade ambiental e cultural. Aqui, o atrativo não é o benefício fiscal, mas a capacidade do território de oferecer condições para que a empresa prospere no longo prazo. Esse modelo gera estabilidade, fortalece a reputação internacional do município e cria sinergias com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

Em outras palavras: enquanto a lógica de custos aprisiona os territórios em ciclos de dependência, a lógica de valor territorial os liberta para construir competitividade sustentável.

Esse contraste entre os dois paradigmas ecoa recomendações da OCDE, que defende a transição de políticas de atração de investimentos baseadas em custos para estratégias orientadas por valor. Para a organização, a atratividade de longo prazo depende menos de incentivos fiscais e mais da qualidade dos investimentos, medida por seus impactos em emprego, inovação, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

ESG é a sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance* (Ambiental, Social e Governança), um conjunto de critérios que avaliam o desempenho das organizações em sustentabilidade e responsabilidade corporativa⁶

O debate ganha ainda mais força quando analisado à luz da Agenda 2030 (ONU, 2015). Para Taubaté e a RMVPLN, alguns Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aparecem como centrais, especialmente aqueles relacionados à inovação, sustentabilidade ambiental, redução das desigualdades e fortalecimento institucional:

- ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico): políticas que incentivem empregos de qualidade em setores criativos e tecnológicos.
- ODS 9 (Indústria, inovação e infraestrutura): desenvolvimento de *clusters* (conglomerados) aeronáuticos leves, drones agrícolas e eVTOLs⁷, em sinergia com São José dos Campos, poderia ser uma linha estratégica para atração de investimentos para a região.
- ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis): integração de políticas urbanas de habitação, mobilidade e saneamento.
- ODS 12 (Consumo e produção responsáveis): estímulo à economia circular e à logística reversa.
- ODS 17 (Parcerias): fortalecimento do “tríplice hélice” (universidade, setor privado e poder público) para repensar a região e por conseguinte promover o desenvolvimento sustentável.

Pesquisas como a de Fonseca, Domingues e Dima (2020) mostram que trabalhar de forma integrada esses objetivos gera sinergias positivas. Por exemplo, ao investir em inovação (ODS 9), um município também amplia empregos de qualidade (ODS 8) e pode atrair empresas alinhadas a padrões de produção responsável (ODS 12). O contrário também é verdadeiro: ao manter a lógica de custos, o município tende a estimular modelos produtivos de baixo valor agregado, gerando impactos negativos sobre o meio ambiente e limitando avanços sociais.

Nesse contexto, algumas direções estratégicas emergem como necessárias para Taubaté e a RMVPLN. Um primeiro passo é a elaboração de um Plano Regional e Municipal de Atração de Investimentos Sustentáveis, com metas claras, indicadores

⁷ A sigla eVTOL refere-se a *electric Vertical Take-Off and Landing*, ou seja, aeronaves elétricas de decolagem e pouso vertical. Esse tipo de veículo integra a chamada mobilidade aérea urbana e vem sendo desenvolvido como alternativa de transporte sustentável em diversos países.

atualizados e alinhamento explícito à Agenda 2030. Esse plano não deve se restringir a incentivos econômicos, mas incorporar compromissos sociais e ambientais capazes de fortalecer a resiliência do território. Outro ponto é o fortalecimento da governança multissetorial: a tríplice hélice precisa deixar de ser apenas um conceito e tornar-se prática efetiva de gestão, com participação do poder público, universidades, empresas e sociedade civil. Também se destaca a necessidade de investir em capital humano e inovação, ampliando programas de educação técnica e superior, além de estimular a criação de polos tecnológicos articulados às vocações locais e regionais — como o setor aeronáutico, que pode expandir-se para outros municípios, e áreas emergentes como economia criativa, digital e eletromecânica. No campo urbano, políticas sustentáveis de habitação, mobilidade, saneamento e uso racional do solo devem ser priorizadas, em consonância com o ODS 11, enquanto a identidade cultural e ambiental precisa ser mobilizada como diferencial competitivo, reposicionando a região não apenas como polo industrial, mas como território de inovação e qualidade de vida.

A experiência de outras cidades, que adotaram o valor territorial em seus respectivos planejamentos estratégicos, pode inspirar Taubaté e a RMVPLN.

- Bilbao (Espanha): após a crise industrial, a cidade apostou na cultura e na inovação para se reposicionar globalmente, transformando o “efeito Guggenheim⁸” em símbolo de revitalização urbana e econômica. (Plaza; Haarich, 2009)
- Medellín (Colômbia): marcada pelo estigma da violência, Medellín reinventou-se por meio de políticas de mobilidade urbana e inovação social, tornando-se referência mundial em planejamento inclusivo. (Franco; Ortiz; Betancur, 2019).
- Curitiba (Brasil): pioneira no planejamento urbano sustentável, a cidade mostrou que políticas locais, quando bem estruturadas, podem projetar

⁸ O chamado *efeito Guggenheim* refere-se à transformação urbana e econômica de Bilbao (Espanha) após a inauguração, em 1997, do Museu Guggenheim Bilbao, projetado por Frank Gehry. O empreendimento cultural tornou-se ícone da cidade, atraindo milhões de turistas, revitalizando a economia local e reposicionando Bilbao internacionalmente. Desde então, o termo passou a designar o impacto positivo que projetos culturais ou arquitetônicos de grande porte podem ter na requalificação de territórios urbanos.

reputação internacional e atrair investimentos não por preço, mas por qualidade de vida. (Benvenuti, 2014)

Esses casos demonstram que sustentabilidade não é custo, mas diferencial competitivo. Cidades que compreendem essa lógica conseguem não apenas atrair investimentos, mas também reter empresas, gerar inovação e melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.

Conclusão (Considerações Finais)

O percurso realizado neste artigo permitiu identificar que a lógica de custos, ainda predominante nas práticas de gestão pública de municípios brasileiros, já não responde às exigências do século XXI. Embora tenha desempenhado papel relevante em períodos de industrialização, hoje revela limites claros, tornando territórios dependentes e vulneráveis às oscilações globais. Em contrapartida, observa-se que o setor privado e organismos internacionais, como a OCDE, já incorporaram novos paradigmas, em que critérios de sustentabilidade, inovação e governança são determinantes para orientar investimentos de longo prazo. Nesse contexto, Taubaté e a RMVPLN dispõem de ativos significativos, como localização estratégica, tradição industrial, universidades, centros de pesquisa e patrimônio ambiental e cultural, que, se mobilizados de forma articulada, podem consolidar a região como referência em desenvolvimento sustentável. A transição da lógica de custos para a lógica de valor territorial, portanto, não é apenas uma escolha política, mas uma necessidade histórica. Persistir no paradigma antigo significa perder oportunidades de alinhamento às transformações globais; adotar o novo paradigma abre a possibilidade de converter desafios em oportunidades, garantindo às futuras gerações um território mais justo, inovador e resiliente.

Referências

- ABRUCIO, Fernando Luiz. *Inovação e reforma na gestão pública*. São Paulo: FGV, 2022.
- ANPROTEC. Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores. *Parques tecnológicos no Brasil: estudo, análise e proposições*. Brasília: ANPROTEC, 2016. Disponível em: <https://anprotec.org.br>. Acesso em: 2 out. 2025.

BOISIER, Sergio. *Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar*. Santiago: CEPAL, 2001.

BENVENUTTI, Alexandre Fabiano. Planejamento urbano em Curitiba: interpretações sobre a produção da cidade. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – ANPARQ*, 3., 2014, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPARQ, 2014. Disponível em: <https://anparq.org.br/dvd-enanparq-3/html/Artigos/SC/ORAL/SC-CDR-005_BENVENUTTI.pdf>. Acesso em: 03 out. 2025.

DINIZ, Clélio Campolina. Dinâmica regional e novas territorialidades industriais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, p. 9-30, 2007.

DUARTE, Fábio; UMBELINO, Juliana. *Planejamento urbano sustentável: aprendizados do caso de Curitiba*. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, p. 219–236, 2018.

EMPLASA. Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano. Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://emplasa.sp.gov.br>. Acesso em: 2 out. 2025.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FONSECA, Luís Miguel; DOMINGUES, José Pedro; DIMA, Alina Maria. Mapping the Sustainable Development Goals relationships. *Sustainability*, [s. l.], v. 12, n. 8, p. 3359, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/su12083359>.

FRANCO, Jorge; ORTIZ, John; BETANCUR, Catalina. *Medellín: innovation and urban transformation*. *Journal of Urban Regeneration and Renewal*, v. 12, n. 2, p. 118–131, 2019.

HARVEY, David. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London: Verso, 2006.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Incentivos fiscais e desenvolvimento regional: limites e alternativas*. Brasília: IPEA, 2019.

KOMNINOS, Nicos. *The age of intelligent cities: smart environments and innovation-for-all strategies*. London: Routledge, 2015.

NEGRI, João Alberto de; ARAÚJO, Bruno César de. *Política industrial no Brasil: incentivos, desempenho e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2006.

ONU – Organização das nações Unidas. *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. New York: United Nations, 2015.

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. *FDI Qualities Indicators: Measuring the sustainable development impacts of investment*. Paris: OCDE Publishing, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264199322-en>.

OCDE. *Productivity and Jobs in a Globalised World: (How) Can All Regions Benefit?* Paris: OCDE Publishing, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264293136-en>.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. Creating shared value. *Harvard Business Review*, v. 89, n. 1/2, p. 62-77, 2011.

PLAZA, Beatriz; HAARICH, Silke N. *The Guggenheim Museum Bilbao: between regional embeddedness and global networking*. *European Planning Studies*, v. 17, n. 11, p. 1711–1730, 2009.

RUGGERIO, Carolina Alves. Sustainability and sustainable development: a review of principles and definitions. *Science of the Total Environment*, [s. l.], v. 786, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2021.147481>.

SACHS, Ignacy. *O desenvolvimento enquanto apropriação dos direitos humanos*. São Paulo: Cortez, 2008.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SWAIN, Ranjula Bali; YANG-WALLENTIN, Fan. Achieving sustainable development goals: predicaments and strategies. *International Journal of Sustainable Development & World Ecology*, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 96–106, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/13504509.2019.1692316>.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Perfil regional – Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. São Paulo: SEADE, 2022. Disponível em: <<https://www.seade.gov.br/>>. Acesso em: 2 out. 2025.

SUZIGAN, Wilson; FURTADO, João. Política industrial e desenvolvimento local: o caso de São José dos Campos. *Revista Brasileira de Inovação*, Campinas (SP), v. 5, n. 1, p. 99-138, jan./jun. 2006. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rbi/article/view/8648918>. Acesso em: 2 out. 2025.



VIEIRA, Edson Trajano; SANTOS, Moacir José dos. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 8, n. 2, p. 344-369, 2012.

WCED – World Commission on Environment and Development. *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.